



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

Aos 08 dias do mês de março de 2023, pelas 10:07 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição da Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito do [requerimento do GP do PS](#);**
2. **Aprovação das atas n.º 81 a 84;**
3. **Deliberação sobre as auditorias a realizar nos termos do n.º 3 do artigo 71.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro;**
4. **Discussão e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2022\)701](#) – Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE no que diz respeito às regras do IVA para a era digital; Relator: Deputado Carlos Brás (PS)**
5. **Votação dos requerimentos apresentados e tramitação no âmbito de nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 365/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Prolonga de 3 para 5 anos o período da isenção temporária de IMI para a aquisição de imóveis para habitação própria permanente, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais;**
6. **Votação dos requerimentos apresentados e tramitação no âmbito de nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 417/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria incentivos fiscais à doação de alimentos e combate ao desperdício alimentar, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Código do IRC;**
7. **Votação dos requerimentos apresentados e tramitação no âmbito de nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 424/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria incentivos ao investimento empresarial na sustentabilidade ambiental,**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

procedendo à alteração do Código Fiscal do Investimento e do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro;

8. Designação de relator do parecer da [Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade;
Cabe ao GP PSD
9. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 605/XV/1.ª \(CH\)](#) – Cria uma medida extraordinária de apoio de € 125,00 aos titulares de contratos de financiamento à aquisição de habitação própria e permanente, por motivo do aumento das taxas de juros;
Cabe ao GP PS
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)
10. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 603/XV/1.ª \(CH\)](#) – Proceda ao alargamento da isenção de pagamento de Imposto de Selo prevista no Código do Imposto de Selo;
Cabe ao GP PS
11. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 607/XV/1.ª \(CH\)](#) – Altera o Código do IVA para que o valor global das obras de reabilitação e afins realizadas em imóveis destinados a habitação beneficiem da taxa reduzida de IVA de 6%;
Cabe ao GP PS
12. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 618/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Proceda à 11.ª alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;
Cabe ao GP CH
(13.ª CAPOTPL - Comissão competente)
13. Outros assuntos



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

1. Audição da Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito do [requerimento do GP do PS](#);

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deu início à audição, cumprimentando a Senhora Diretora-Geral da Autoridade Tributária (AT), Dra. Helena Borges, a Senhora Subdiretora Geral para a Inspeção Tributária e Aduaneira, Dra. Ana Paula Neto e o Senhor Diretor do Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros, Dr. João Pedro Santos, enquadrando a audição no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PS.

Em sede de primeira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Cabrita (PS), Patrícia Dantas (PSD), Rui Afonso (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Mariana Mortágua (BE), tendo a Senhora Diretora-Geral da AT respondido individualmente a cada uma das questões colocadas.

No âmbito de segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Miguel Cabrita (PS), Patrícia Dantas (PSD), Rui Afonso (CH) e João Cotrim de Figueiredo (IL). A Senhora Diretora-Geral da AT respondeu ao conjunto das questões colocadas.

Na terceira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Alexandre Simões (PSD) e João Cotrim de Figueiredo (IL), tendo a Senhora Diretora-Geral da AT respondido conjuntamente às perguntas colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade dos representantes da AT pela presença e pelos esclarecimentos prestados, dando por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

2. Aprovação das atas n.º 81 a 84;

O Senhor Presidente colocou as atas supracitadas a discussão. Não havendo pedidos de palavra, o Senhor Presidente pretendeu apresentar uma correção, referente ao primeiro parágrafo da página 4 da Ata n.º 84, de maneira a que a frase «O Senhor Presidente sugeriu que, com a anuência da Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), fosse suprimido o requerimento para parecer escrito ao SEAF (...)» fosse modificada no seguinte sentido: «O Senhor Presidente sugeriu, com a anuência da Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), que fosse suprimido o requerimento para parecer escrito ao SEAF (...)».

Não havendo intervenções sobre o referido, o Senhor Presidente colocou as atas a votação, incluindo a modificação mencionada, tendo sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP, BE, PAN e L.

3. Deliberação sobre as auditorias a realizar nos termos do n.º 3 do artigo 71.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro;

O Senhor Presidente lembrou os termos da norma supracitada, no sentido de a Assembleia da República determinar duas auditorias ao Governo e duas ao Tribunal de Contas, tendo já sido formalizado o pedido por parte do GP PS, a par da solicitação por parte do GP CH e GP PCP, em conformidade com o que já houvera sido planeado.

Neste momento, o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) tomou a palavra para pedir um esclarecimento sobre a ordem de distribuição dos requerimentos para auditorias, considerando que o Senhor Deputado ainda não integrava a Comissão quando o assunto começou a ser discutido, observando que o CH, que houvera apresentado um requerimento neste sentido, tinha mais Deputados que a IL, mas o PCP, tendo menos Deputados que a IL, também apresentara uma solicitação para auditoria.

O Senhor Presidente declarou que tinha sido deliberado que as auditorias seriam fracionadas entre o GP que apoiava o Governo e a oposição, cabendo ao primeiro duas auditorias e ao segundo as outras duas, segundo o histórico da Comissão,

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

acrescentando que considerava este o critério mais democrático e razoável. Referiu ainda que, no último ano, o PSD tinha ocupado esse espaço na oposição, dando a possibilidade, nas auditorias do presente ano, ao CH e ao PCP, que estavam presentes na reunião onde tal houvera sido discutido, alvitando o compromisso de que a próxima indicação caberia ao GP IL, sem prejuízo da discussão prévia entre os partidos da oposição.

Em resposta, o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) afirmou que não poderia refazer o passado, em especial do que houvera resultado da negociação entre os partidos da oposição, mas considerou que seria positivo que este processo de determinação fosse estabelecido, defendendo que as oposições não são sempre iguais nestas matérias. Ao finalizar, acrescentou que o que tinha sido referido *supra* teria efeitos práticos daqui a um ano, prometendo ficar atento.

Ato contínuo, o Senhor Presidente mencionou a particularidade de mediar escassos meses entre a última indicação e a presente, tendo, inclusivamente, o Tribunal de Contas manifestado interesse no conhecimento antecipado das auditorias a realizar, para inclusão no seu plano de atividades. Assim, e porque deveria existir uma deliberação formal da Comissão relativamente aos requerimentos em questão, o Senhor Presidente colocou os mesmos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, na ausência do PCP, BE, PAN e L.

**4. Discussão e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2022\)701](#) –
Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE no
que diz respeito às regras do IVA para a era digital;
Relator: Deputado Carlos Brás (PS)**

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou o parecer de sua autoria.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado João Barbosa de Melo (PSD), que recomenda o que fora referido pelo Senhor Deputado Relator, mais declarando que a nota técnica estava clara e agradecendo a elaboração do parecer. Concluiu, afirmando que, no entender do GP PSD, esta iniciativa deveria seguir para a Comissão de Assuntos Europeus, para verificação posterior.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o relatório supracitado a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

- 5. Votação dos requerimentos apresentados e tramitação no âmbito de nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 365/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Prolonga de 3 para 5 anos o período da isenção temporária de IMI para a aquisição de imóveis para habitação própria permanente, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais;**

O Senhor Presidente lembrou que os requerimentos em questão visavam a pronúncia por escrito da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, colocando a matéria a discussão. Não havendo pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou-os a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

- 6. Votação dos requerimentos apresentados e tramitação no âmbito de nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 417/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria incentivos fiscais à doação de alimentos e combate ao desperdício alimentar, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Código do IRC;**

O Senhor Presidente lembrou que os requerimentos em questão visavam a pronúncia por escrito da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, da REEFOOD Portugal, da Rede Europeia Anti-Pobreza, do Banco Alimentar contra a Fome, da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal e da UTAO, colocando a matéria a discussão.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) usou da palavra para solicitar a votação, em separado, do requerimento referente à UTAO, por considerar uma entidade de natureza muito distinta das demais.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

Nesta sequência, o Senhor Presidente advertiu que, não tendo sido ainda o projeto de lei votado na generalidade, e atendendo à exiguidade de meios e à necessidade de utilizar um critério permanente, não seria aconselhável passar a servir de regra o pedido de pronúncia à UTAO sobre todas as iniciativas pendentes.

Não havendo obstáculos nem mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou a pronúncia por escrito das cinco primeiras entidades citadas a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

De seguida, foi colocada a votação a pronúncia por escrito da UTAO, relativamente à iniciativa *sub judice*, tendo sido rejeitada com os votos contra do PS e a abstenção do PSD e CH, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

- 7. Votação dos requerimentos apresentados e tramitação no âmbito de nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 424/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria incentivos ao investimento empresarial na sustentabilidade ambiental, procedendo à alteração do Código Fiscal do Investimento e do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro;**

O Senhor Presidente lembrou que os requerimentos em questão visavam a pronúncia por escrito da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, da Agência Nacional de Inovação, da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., da Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), da Associação Portuguesa de StartUps e da Zero, colocando a matéria a discussão. Não havendo pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou os requerimentos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, na ausência da IL, PCP, BE, PAN e L.

- 8. Designação de relator do parecer da [Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade;
Cabe ao GP PSD**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) declarou que iria ser ele próprio o Relator do parecer supracitado.

- 9. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 605/XV/1.ª \(CH\)](#)**
– Cria uma medida extraordinária de apoio de € 125,00 aos titulares de contratos de financiamento à aquisição de habitação própria e permanente, por motivo do aumento das taxas de juros;
Cabe ao GP PS
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) entendeu que faria sentido emitir parecer sobre o projeto supracitado, visto ser atinente à matéria do crédito à habitação, indicando o Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS) para a sua elaboração.

- 10. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 603/XV/1.ª \(CH\)](#)** –
Procede ao alargamento da isenção de pagamento de Imposto de Selo prevista no Código do Imposto de Selo;
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) indicou o Senhor Deputado Pedro Anastácio (PS) como relator para a iniciativa supracitada.

- 11. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 607/XV/1.ª \(CH\)](#)** –
Altera o Código do IVA para que o valor global das obras de reabilitação e afins realizadas em imóveis destinados a habitação beneficiem da taxa reduzida de IVA de 6%;
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) indicou o Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS) como relator para a iniciativa supracitada.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) alertou para o prazo de baixa, mas encontrando-se o projeto em questão a tramitar, concordou com a data de 24 de março para apresentação de propostas de alteração.

Deste modo, o Senhor Presidente fixou então o prazo com base na data referida, aplicando-se igualmente aos Projetos de Lei n.º 465/XV/1.ª (PAN) e 466/XV/1.ª (PAN), procedendo-se à respetiva especialidade na semana seguinte, encerrando, de seguida, a reunião.

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 08 março 2023.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
João Cotrim Figueiredo (IL)
Mariana Mortágua (BE)
Diogo Cunha (PS)
Joana Lima (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Costa (PS)
Ivan Gonçalves (PS)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 86/XV/ 1.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Matos (PS)

Duarte Pacheco (PSD)

Duarte Alves (PCP)

Inês De Sousa Real (PAN)

Rui Tavares (L)